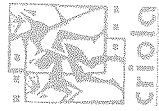


**CRIOLA** é uma instituição da sociedade civil, fundada em 2 de setembro de 1992, e tem como objetivo instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o combate ao racismo, ao sexismo e homofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Visamos a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, onde a presença e contribuição da mulher negra seja acolhida como um bem da humanidade.

**CRIOLA**, através do AZIZA - Programa de Defesa de Direitos Humanos para Mulheres Negras, dá mais um passo na consolidação das ações de Observatório de Direitos Humanos das Mulheres Negras, lançando a série de publicações Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial.

O Observatório de Direitos Humanos das Mulheres Negras é uma rede de monitoramento e ação política voltada para a ampliação do espectro dos direitos efetivamente exercidos pelas mulheres negras brasileiras, a partir da visibilização deste segmento social para amplos setores da sociedade e, em especial, para os formadores de opinião. Com isso, pretendemos contribuir para a melhoria das condições de vida de mulheres, adolescentes e meninas negras e, conseqüentemente, os horizontes da democracia brasileira.



# DESIGUALDADE RACIAL EM NÚMEROS

# Desigualdade racial em números

Coletânea de indicadores das desigualdades raciais e de gênero no Brasil

## VOLUME 1

### Jurema Werneck

Doutoranda em Comunicação (ECO/UFRJ)  
Mestre em Ciências em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ).  
Médica.

Coordenadora Geral de CRIOLA.

Secretária executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

Fellow da Ashoka – Empreendedores Sociais.

### Endereço



**criola**

Av. Presidente Vargas 482, sobreloja 203 • Centro  
Rio de Janeiro • RJ • Brasil • Cep 20071-000  
Telefone • 55 (21) 2518-6194 • 2518-7964  
Endereço Eletrônico • [criola@alternex.com.br](mailto:criola@alternex.com.br)  
Página • [www.criola.org](http://www.criola.org)

### Expediente

Pesquisa e redação • Jurema Werneck  
Coordenação • Eliane dos Santos  
Projeto Gráfico • Luciana Costa Leite  
Fotos • Adriana Medeiros  
Tiragem • 1.000 exemplares

Esta publicação foi desenvolvida com apoio financeiro da

**Fundação Heinrich Böll**

## Sumário

### Apresentação

### Dados populacionais

#### Introdução

- 1- Escravidão ..... 6
- 2- Pós-Escravidão ..... 9

#### População geral

- 1- População geral segundo raça ..... 10
- 2- População geral e população negra segundo sexo ..... 12
- 3- População negra por localização geográfica ..... 16
- 4- Mulheres negras ..... 17
- 5- Crianças, jovens e idosos ..... 19
- 6- Crianças e Jovens ..... 20
- 7- Idosos ..... 24

#### Índice de Desenvolvimento Humano

- 1- IDH para afrobrasileiros ..... 30
- 2- IDG para afrobrasileiros ..... 33

#### Índice de Gini ..... 35

### Observações finais

#### Conclusão ..... 36

#### Fontes de dados ..... 38

#### Bibliografia ..... 39

### *O desinteresse pelas coisas que dizem respeito ao negro é o que chamamos invisibilidade.*

Hélio Santos<sup>1</sup>

racismo tem sido uma das ideologias mais eficazes na produção da subordinação de diferentes contingentes populacionais. Uma face importante desta ideologia em nosso país tem sido sua capacidade de subterfúgio, de produção de disfarces, de manipulação da realidade resultando em ocultação de seus mecanismos.

Há décadas o racismo tem sido chamado por seu verdadeiro nome por parte da população brasileira — no entanto, tais discursos têm sido sistematicamente rechaçados como expressão do exagero, da desmesura emocional ativista. Ou acusados de ausência de vínculo com a realidade brasileira: esta seria “somente” vítima de extrema pobreza decorrente das condições econômicas adversas que atingiriam parte indistinta da população, sem qualquer correlação com aspectos raciais.

O isolamento político do movimento social anti-racista, somou-se a falta de interesse acadêmico em torno do racismo e suas consequências. Vem daí a muitas vezes assinalada escassez de dados quantitativos produzidos sob o rigor científico que pudessem provar a vigência do racismo ante olhos incréditulos. Vem daí também a justificativa de muitos segmentos sociais para sua ausência na abordagem de um tema desta monta.

Em 2001 marca uma ruptura dessa tendência. Neste ano, a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas na África do Sul provocou um processo de mobilização nacional e internacional em torno do tema. Ao contrário das duas conferências anteriores, a marca do *apartheid* na África do Sul havia sido removida e se afigurava o momento dos países olharem para dentro, para o lado, para mais perto. A xenofobia se alastrando principalmente pela Europa colocava novas pautas para a mobilização internacional. A questão Palestina reivindicava, ainda, atenção mais consequente e resolutiva.

<sup>1</sup> Santos, Hélio. A Busca de um Caminho para o Brasil, p. 23

No Brasil, uma aparente desmobilização social apontava para um esvaziamento da participação popular no processo da Conferência.

Contrariando expectativas, o processo preparatório da III Conferência no Brasil provocou uma mobilização importante, não apenas em termos quantitativos — na Conferência Nacional contra o Racismo, que aconteceu no Rio de Janeiro (6, 7 e 8 de julho de 2001), mais de 2500 pessoas, entre delegados e observadores de todos os estados participaram; na Conferência das Américas, a maior delegação foi a de afrodescendentes brasileiros — como também foi possível produzir um salto de qualidade. Rompendo anos de isolamento, o viés predominante neste processo foi a estratégia desenvolvida por segmentos afrodescendentes, de buscar a inclusão dos diferentes segmentos sociais historicamente afastados das ações anti-racistas: academia, o Estado brasileiro — governos, judiciário e legislativo em diferentes níveis foram chamadas a dar respostas — movimentos políticos e culturais, mídia. E principalmente, pessoas, indivíduos, cidadãos foram provocados.

No cenário internacional o racismo se impôs como tema eixo das discussões, deslocando o tema da xenofobia. E ocupando, inclusive, os espaços abertos pelo profundo rechaço que o tema da intolerância homofóbica provocava na maioria dos países.

Afirmar a escravidão como crime de lesa humanidade. Reparações frente aos danos produzidos pelo colonialismo, pelo tráfico transatlântico de africanos escravizados; causas e consequências do racismo e sua ação diferenciada sobre mulheres, homens e crianças, passaram a constituir o núcleo duro das discussões e negociações.

Novidade num processo da ONU, um forte contingente de afrodescendentes dos diversos continentes — principalmente latino-americanos — participou de todo o processo, vindo a constituir-se num dos principais grupos de pressão. A exemplo do que aconteceu na Conferência de Beijim, o lobby das mulheres negras deixou sua marca — neste momento, marcado pelo protagonismo latino-americano, em especial, das mulheres brasileiras integrantes da Articulação de Organizações de Mulheres Negras.

O racismo é um problema grave, nós negros vimos afirmando ao longo dos anos. O processo da III Conferência permitiu dar início a quantificação mais sistemática de sua extensão: IBGE, IPEA, organizações da sociedade civil, organizações governamentais multilaterais e Universidades passaram a buscar, com maior compromisso, estes dados.

O objetivo desta publicação é disponibilizar uma parte desses indicadores. Cabe informar que aqui se reúne apenas uma parte do que está disponível. É que, ainda assim, muito há que se pesquisar e analisar.

Por agora entregamos a você, nesta publicação, dados que possam lhe ajudar em sua ação cotidiana na melhoria das condições de vida da população brasileira.

Este trabalho está organizado em três partes principais.

A primeira parte visa quantificar a população negra brasileira em dados gerais, classificando-a por sexo, idade, localização geográfica, índices relacionados e outros. Aqui, busca-se trazer dados referentes tanto ao período da escravidão, quanto um retrato do final do século XX.

Já a segunda parte propõe-se a trazer dados relativos a aspectos específicos da vivência da população. Entre eles, destacamos dados sobre saúde, educação, habitação, renda, trabalho, participação política e direitos humanos.

A terceira parte traz observações e considerações vistas como um instrumento facilitador de seu trabalho.

Crucial salientar aqui que dados, números, estatísticas estão sendo trabalhados por alguém cuja não especialização (graduação em medicina e pós-graduação distante de números) pode, de muitas maneiras, produzir debilidades técnicas no que se refere ao trabalho do material coletado. Por outro lado, este ponto de vista pode traduzir-se também em vantagem, no que se refere à abordagem das estatísticas do ponto de vista das (dos) usuárias (os) não-especializadas (dos), que buscam nos números respostas mais simplificadas a perguntas colocadas e os compreendem como auxiliares na abordagem do mundo humano. De todo modo, assumo total responsabilidade sobre os possíveis erros presentes neste trabalho.

Quando mão de dados produzidos por diferentes Centros de Pesquisa, visamos aglutiná-los para, de algum modo, contrapor à invisibilidade histórica.

Uma responsabilidade é fazer um bom uso deles.



## Introdução

Já é de seu conhecimento que o Brasil tem tido, ao longo dos anos republicanos<sup>2</sup>, uma imensa dificuldade em explicitar as características raciais da população. O que tem se refletido de forma recorrente na coleta dos números populacionais.

Os grupos negros no Brasil têm explicitado, há décadas, suaz críticas aos métodos de coleta de dados raciais em vigor em institutos de pesquisas como o IBGE<sup>3</sup>. Uma das principais críticas são endereçadas à pseudo-neutralidade política e científica do método, que ignora sistematicamente a vigência do racismo na sociedade brasileira, fazendo com que a ideologia do embranquecimento provoque uma sub-notificação das populações não brancas, qualquer que seja o método de coleta.

Na década de oitenta, uma iniciativa da sociedade civil lançou uma campanha nacional junto ao Censo Demográfico de 1980 intitulada "Não Deixe sua Cor Passar em Branco", com o objetivo de estimular a auto-declaração de negros, bem como de explicitar e debater a subnotificação em curso.

Cientes de que este é um processo de longo prazo e que está diretamente vinculado ao enfrentamento do racismo por parte da maioria da sociedade brasileira, as organizações negras permanecem atuando em diversas frentes, propondo formas de visibilização da porção negra da população, vinculadas necessariamente à aceitação e celebração de sua presença como um patrimônio enriquecedor do que significa sermos brasileiros.

É perfeitamente possível endereçar a estes esforços o aumento da notificação da população negra observada no último Censo, em particular entre os jovens.

Os dados a seguir buscam um retrato resumido da população negra em dois momentos da história brasileira: a escravidão e o final do século XX.

<sup>2</sup> Ao contrário, o período colonial, apesar das imensas dificuldades técnicas, não apresentou as mesmas dificuldades em quantificar sua população por características raciais.

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

## 1 - Escravidão

Dados imprecisos disponíveis informam que durante o período que durou o tráfico transatlântico de escravos, entre 15 e 20 milhões de africanos foram deportados e espalhados pelo mundo. Alguns autores calculam, com base em números subestimados disponíveis, que mais de 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil. Durante este período, as mulheres eram minoria entre os indivíduos escravizados.

Roberto Borges Martins, ex- presidente do IPEA<sup>5</sup>, apresentou a tabela abaixo na Conferência Nacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Rio de Janeiro, 2001). Ela permite assinalar que o Brasil foi o principal destino de africanos escravizados. De fato, ainda segundo o autor, 38% de todo o contingente deportado para as Américas se dirigiu a nosso país.

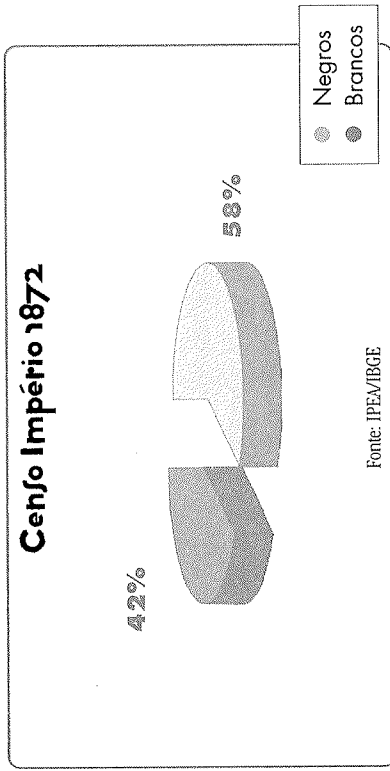
### Tráfego atlântico de escravos, 1451 - 1870 (milhares de pessoas)

Destino	1451-1600	1601-1700	1701-1810	1811-1870	Total
Estados Unidos	0	0	376	51	427
América Espanhola	75	293	579	606	1.552
Caribe Britânico	0	264	1.401	0	1.665
Caribe Francês	0	156	1.320	96	1.572
Caribe Holandês e Dinamarquês	0	44	484	0	528
Europa e Ilhas Atlânticas	150	25	0	0	175
Brasil	50	560	1.891	1.145	3.647
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>1.341</b>	<b>6.052</b>	<b>1.898</b>	<b>9.566</b>

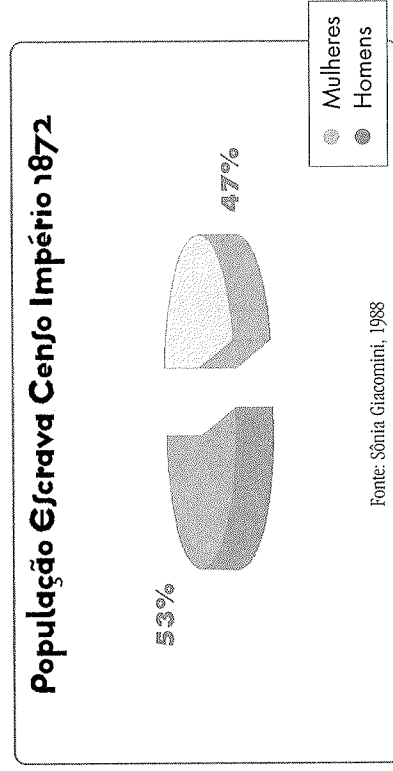
Fonte: Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (1969), p. 88

<sup>5</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001

O Censo do Império (1872) contou no Brasil da época uma população escrava formada por 805.744 homens e 705.636 mulheres, segundo Sônia Giacomini<sup>5</sup>. Correções feitas pelo IBGE, segundo Roberto Martins, informam que, à época, a população escrava total era de 1.545.880 pessoas que, somadas aos 4.326.063 de afrodescendentes livres, constituíram uma população negra no Brasil de 5.871.934. Trocando em miúdos, 58% da população do Brasil imperial eram de afro-descendentes, conforme o gráfico a seguir:



Em 1872, aproximadamente 46,7% da população escrava era constituída de mulheres, em quem o sistema escravagista depositava maior interesse em seu potencial produtivo, como afirmou Sonia Giacomini<sup>6</sup>, do que reprodutivo. Com pesadas conseqüências sobre sua saúde e capacidade de procriação.



<sup>5</sup> Giacomini, Sônia, *Mulher Escrava*, 1988

<sup>6</sup> Idem

As origens territoriais e étnicas dos africanos deportados para o Brasil ainda não estão totalmente determinadas. Mary Karasch<sup>7</sup>, num levantamento a partir dos arquivos de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1833, 1838 e 1849 encontrou 39 etnias africanas presentes no Rio de Janeiro da época, além de negros brasileiros de diferentes origens geográficas. É o que veremos na tabela a seguir. Informamos que a grafia dos nomes foi mantida segundo elaboração da autora:

Nacionalidades		n°	Nacionalidades		n°
<b>AFRICANOS</b>		<b>1735</b>	<b>Sul de Angola</b>		<b>303</b>
Africa Ocidental	110	Benguela		293	
Cabo Verde, Camarões	2	Gangella		10	
Calabar	20	Centro-Oeste Africano Incerto		27	
Mina	85	Morange, Muange		13	
Nagô	2	Mofumbe		4	
Ussá	1	Bugumbe, Genga, Mofunde <sup>9</sup>		3	
Centro Oeste Africano	1185	Gongo		4	
<b>Congo Norte</b>	<b>527</b>	Mocange, Caçange (caçanje?)		2	
Cabinda	219	Muitambe		1	
Congo	255	Africa Oriental		292	
Monjolo, Munjolo	53	Inhambane, Murnhenbane		26	
<b>Angola</b>	<b>631</b>	Lourenço-Marques		26	
Norte de Angola	328	Macua		1	
Ambaca, Cambambe	2	Mougão		2	
Angola	179	Mozambique		215	
Cabundá	9	Quelimane		19	
Cacajá ó Angola, Enconches	2	Sena		3	
Cassange	68	Africanos Não Identificados		10	
Muxicongo	1	Canja, Bucambique		2	
Bangala, Bangela	2	Caçanxa, Camugo		2	
Rebollo	52	Climane		4	
Luanda	1	Maimben, Nagô		2	
Camundongo	2	Origem Africana Desconhecida		138	
Quiçomane	4				
Songo	6	<b>BRASILEIROS</b>		<b>822</b>	

<sup>7</sup>Karasch, Mary. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850), pp. 46-47

<sup>8</sup>Doravante, um escravo por nome de lugar, quando há dois nomes diferentes. (Nota de M. Karasch)

<sup>9</sup>Bugumbe é de 1833, Genga de 1838 e Mofunde de 1849

Um dos principais interesses desta tabela é a possibilidade de visualização do espectro da diversidade africana trazida para o país e que constitui grande parte de nossa matriz cultural. No entanto, devemos considerar que estes dados referem-se apenas ao Rio de Janeiro, no período pouco antes da extinção do tráfico transatlântico (1850). Para o Brasil como um todo, o que se afigura é uma diversidade ainda maior.

## 2- Pós-Escravidão

*Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal, a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas... Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. E era geral, era total, e os dias que se seguiram, dias de folgança e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.*<sup>10</sup>

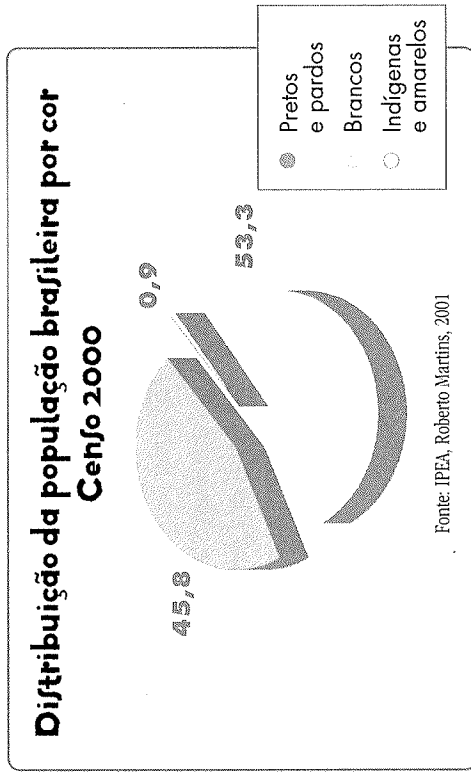
Com estas palavras, Lima Barreto descreve, na data de seu aniversário de 7 anos, a assinatura da lei que regulamentava a abolição da escravidão no Brasil, que, na prática, já era uma realidade decretada por africanos e afrobrasileiros há algum tempo... Era 13 de maio de 1888. O que veio depois teimou em contradizer as sensações do menino que, já homem, resolveu enfrentar e não podemos afirmar que foi derrotado, porque tem sido uma luta de séculos.

Os dados a seguir têm a função de demonstrar a dimensão em números da diversidade, da tragédia e da desigualdade.

<sup>10</sup>In Francisco de Assis Barbosa, A Vida de Lima Barreto, p. 42

# População Geral

Os números divulgados do Censo 2000 pelo IBGE informam uma população brasileira de 169.799.170 de pessoas. De acordo com estes dados, a população negra corresponde a 45,8%, o que poderá ser visto no gráfico abaixo, elaborado pelo IPEA<sup>11</sup>:



É importante lembrar que o número de habitantes do Censo refere-se estritamente ao número de pessoas residentes contadas pelos recenseadores do IBGE num período específico. O que significa que a dinâmica do crescimento populacional se mantém e agora, no momento em que você lê isto, os números já mudaram e podem ser verificados diretamente no site do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

## 1 - População geral segundo raça

O século vinte marca a virada nas características raciais da população brasileira, de acordo com os dados oficiais. A série histórica a seguir, divulgada por Ricardo Henriques<sup>12</sup> com base em dados do IBGE (Censos demográficos e PNAD) demonstra um embranquecimento da população

<sup>11</sup>Martins, Roberto Borges. Apresentado na Conferência Nacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, 2001

<sup>12</sup>Henriques, Ricardo. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90, p. 5

brasileira a partir do início do século XX, fenômeno secundário a uma série de medidas empreendidas pelo Estado brasileiro. Entre estas, destaca-se o estímulo à imigração de brancos provenientes da Europa. Bem como o estímulo à imigração de pessoas de outras nacionalidades, de não-negros (japoneses, de árabes, entre outros), o que também foi apontado por alguns autores como parte da estratégia nacional de embranquecimento. É ainda no início deste século que o pensamento acadêmico vai começar a estruturar as bases “científicas” para este fenômeno – que inclui desde teorias e discursos eugénistas como os propagados a partir do século XIX tanto na Europa quanto no Brasil (Nina Rodrigues e Silvio Romero, por exemplo, participaram deste “movimento”) até as novas elaborações culturais de pensadores do calibre de Gilberto Freyre ou dos modernistas de 22, como Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

Assim, junto com a ampliação concreta do contingente não negro através da importação sistemática, uma ação a nível simbólico contribuiu visivelmente para a crescente subnotificação da população negra no Brasil, num verdadeiro embranquecimento simbólico que se queria cultural.

## Distribuição da população brasileira por cor/raça - Série histórica (%)

Cor/Anos	1890	1940	1950	1960	1980	1992	1993	1996	1997	1998	1999
Amarrela		0.7	0.8	0.8	0.8	0.4	0.5	0.4	0.4	0.5	0.5
Branca	44.0	63.5	61.7	61.0	54.8	54.0	54.4	55.2	54.4	54.0	54.0
Indígena						0.1	0.1	0.2	0.1	0.2	0.2
Parda	41.4	21.2	29.5	29.5	38.5	40.1	40.1	38.2	39.5	39.5	39.9
Preta	14.6	14.6	8.7	8.7	5.9	5.4	5.1	6.0	5.7	5.7	5.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Censos demográficos e Pesquisa nacional por amostra de domicílios (vários anos)

Nota: \*Até 1980, no quesito referente à cor amarela, encontra-se a população de origem asiática e outras sem declaração.

Obs: A separação entre pretos e pardos foi mantida, segundo o autor. No entanto, trabalhos recentes tendem a juntar estes dois grupos que compreendem a população negra.

É possível notar que em 1890 a população negra contada pelo Estado equivalia a 56% da população brasileira. 50 anos depois, em 1940, este contingente se reduziu para 35,8%.

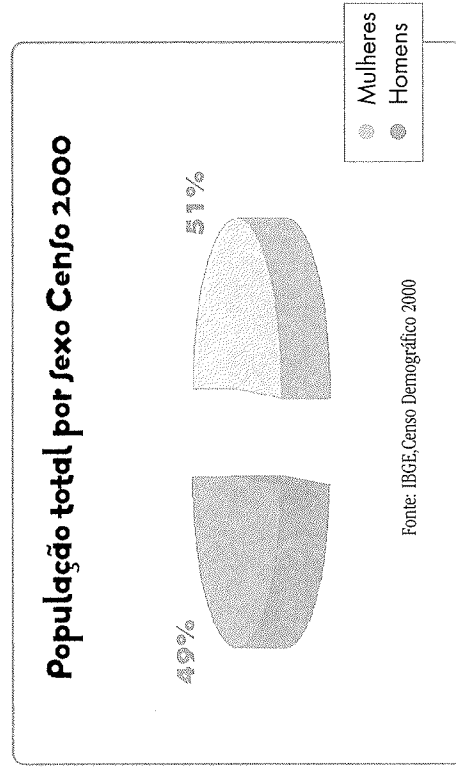
Ao final do século vinte, por fatores ainda não totalmente estudados, mas que guarda relação com o vigor da ideologia do embranquecimento e sua recusa sistemática interposta pelas organizações negras brasileiras, parece estar havendo uma reversão desta tendência.

A população negra contada pelo IBGE volta a crescer, a despeito da importância que as altas taxas de mortalidade e a decrescente fecundidade neste grupo passam a ter no crescimento da população a partir da segunda metade do século XX.

No Censo Demográfico 2000, os negros já perfaziam 45,3% do total da população.

## 2- População geral e população negra por sexo

O Censo Demográfico 2000 demonstra a continuidade de uma tendência presente na história brasileira do último século, onde as mulheres têm constituído a maioria da população. Assim, o Brasil é constituído por 86.233.155 mulheres e 83.576.015 homens, conforme gráfico a seguir:



A tabela a seguir nos auxilia a visualizar a distribuição da população por sexo, no Brasil e nos estados da federação:

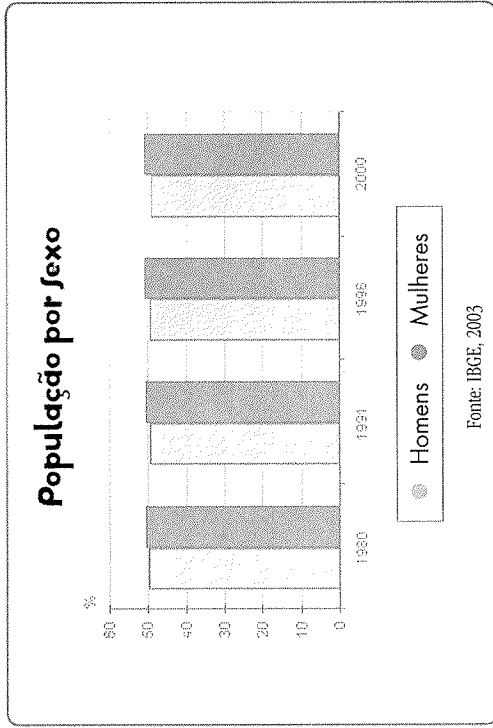
## População por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2000

UF	Total	Homens	Mulheres
Brasil	169 799 170	83 576 015	86 223 155
Roraima	324 397	166 037	158 360
Pará	6 192 307	3 132 768	3 059 539
Amapá	477 032	239 453	237 579
Tocantins	1 157 098	591 807	565 291
Maranhão	5 651 475	2 812 681	2 838 794
Piauí	2 843 278	1 398 290	1 444 988
Ceará	7 430 661	3 628 474	3 802 187
Rio Grande do Norte	2 776 782	1 359 953	1 416 829
Paraíba	3 443 825	1 671 978	1 771 847
Pernambuco	7 918 344	3 826 657	4 091 687
Alagoas	2 822 621	1 378 942	1 443 679
Sergipe	1 784 475	874 906	909 569
Bahia	13 070 250	6 462 033	6 608 217
Minas Gerais	17 891 494	8 851 587	9 039 907
Espírito Santo	3 097 232	1 534 806	1 562 426
Rio de Janeiro	14 391 282	6 900 335	7 490 947
São Paulo	37 032 403	18 139 363	18 893 040
Paraná	9 563 458	4 737 420	4 826 038
Santa Catarina	5 356 360	2 669 311	2 687 049
Rio Grande do Sul	10 187 798	4 994 719	5 193 079
Mato Grosso do Sul	2 078 001	1 040 024	1 037 977
Mato Grosso	2 504 353	1 287 187	1 217 166
Goiás	5 003 228	2 492 438	2 510 790
Distrito Federal	2 051 146	981 356	1 069 790

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000, resultados do Universo.



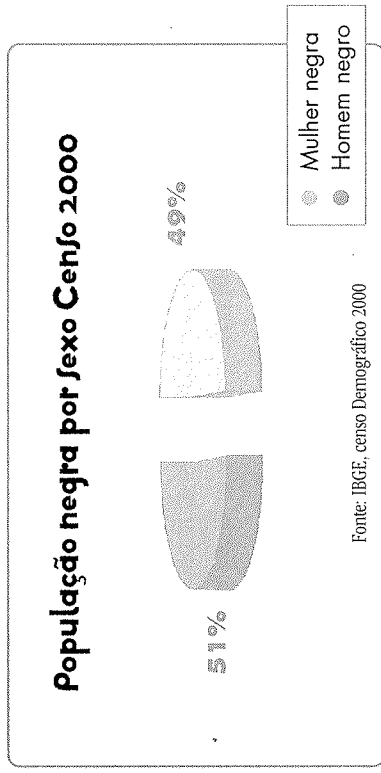
A predominância de mulheres na população brasileira é uma tendência dos anos pós-coloniais. O gráfico abaixo mostra sua evolução nas últimas décadas.



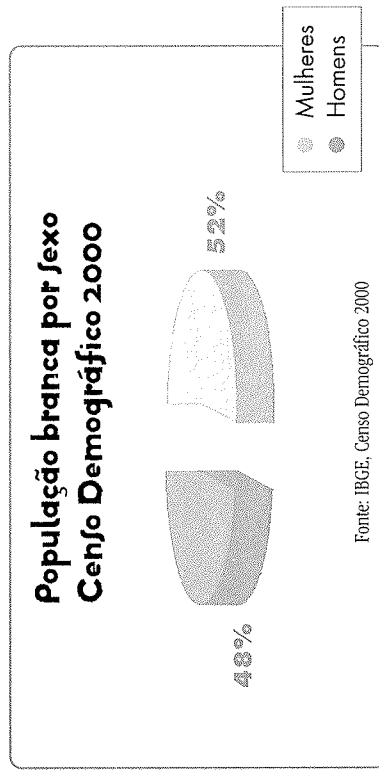
É possível verificar um crescimento da diferença entre o número de homens e mulheres, principalmente devido à queda do número de homens na população brasileira. Para explicar este fato, veremos mais adiante a vinculação deste fenômeno ao aumento das taxas de mortalidade masculina no Brasil, principalmente entre negros.

Os dados agregados por cor (que doravante denominaremos *raça*<sup>13</sup>) para o Censo Demográfico 2000 disponíveis informam que apesar da tendência histórica demonstrada no gráfico acima, de maioria de mulheres, o mesmo não é visível entre a população negra.

Segundo o gráfico a seguir, as mulheres negras equivalem a 49% da população negra, correspondendo a 37.602.461 habitantes, equivalendo a 22,11% da população geral.



Os mesmos dados apontam as mulheres brancas como 52% da população em seu grupo racial, como vemos a seguir

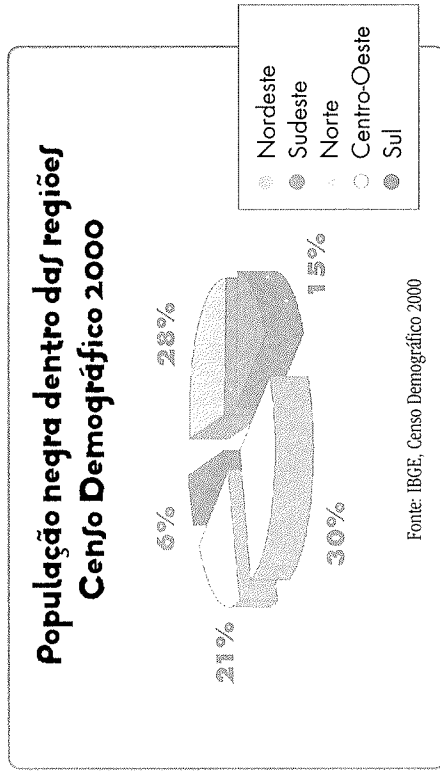


As razões possíveis para o rompimento desta tendência entre a população negra não serão abordadas neste capítulo. Tal diferencial vai adquirir maior importância na elaboração de estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais e sociais, uma vez que a concorrência do racismo e do sexismo vai produzir uma situação específica e mais radical para as mulheres negras.

<sup>13</sup>Reconhecendo no termo não uma categoria biológica mas uma categoria política.

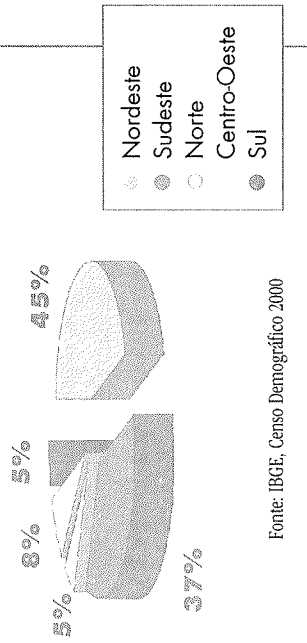
### 3- População negra por localização geográfica

Proporcionalmente, ou seja, em relação ao contingente total dentro de cada região, é nas regiões nordeste e norte onde se concentra a maioria da população negra brasileira, correspondendo a 28% e 30% da população vivendo em cada uma destas regiões, como se pode verificar no gráfico abaixo:

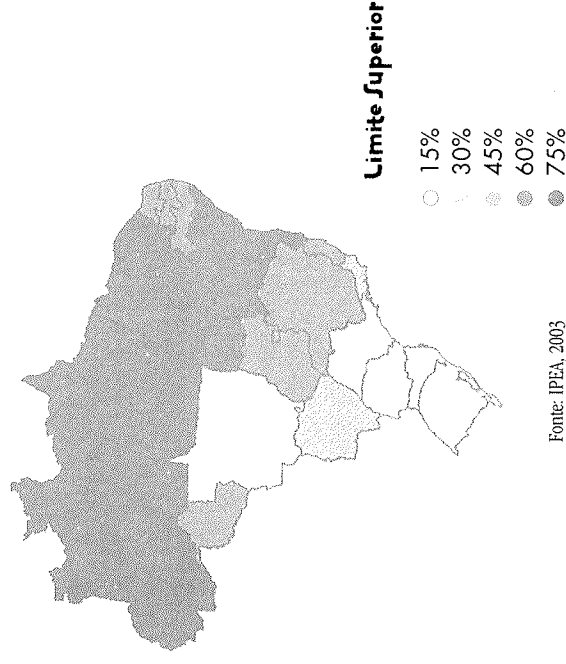


No entanto, em números absolutos, são as regiões nordeste e sudeste que detêm os maiores contingentes, equivalendo a 45% e 37% da população geral respectivamente.

### População negra por regiões Censo Demográfico 2000



Estes dados levantados pelo IBGE e publicados pelo IPEA informam também um contingente de 1.164.042 habitantes sem declaração quanto à raça. Estes mesmos dados poderão ser avaliados no mapa a seguir, também produzido pelo IPEA<sup>14</sup>:



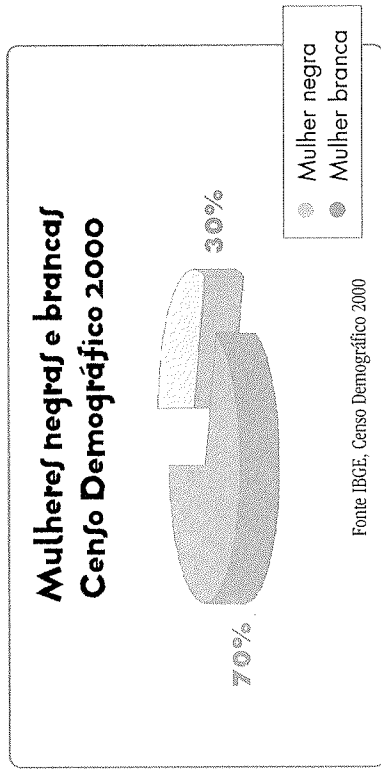
Conforme verificamos, a presença negra é assinalada em todos os Estados brasileiros, ainda que Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentem as menores proporções em relação à população branca. Mas, mesmo nestes estados, a presença negra pode ser equiparada à proporção da população negra total residente nos Estados Unidos.

### 4- Mulheres Negras

A população feminina brasileira correspondia, no Censo 2000, a 86.233.155, representando 51% da população geral. Neste contexto, as mulheres negras correspondem a 37.602.461 mulheres, equivalendo a aproximadamente 30% da população feminina total, enquanto as mulheres brancas se aproximam a 70%, conforme vimos anteriormente. Assinale-se que os grupos de mulheres

<sup>14</sup> IPEA. Desigualdade Racial: Indicadores Socioeconômicos – Brasil, 1991-2001

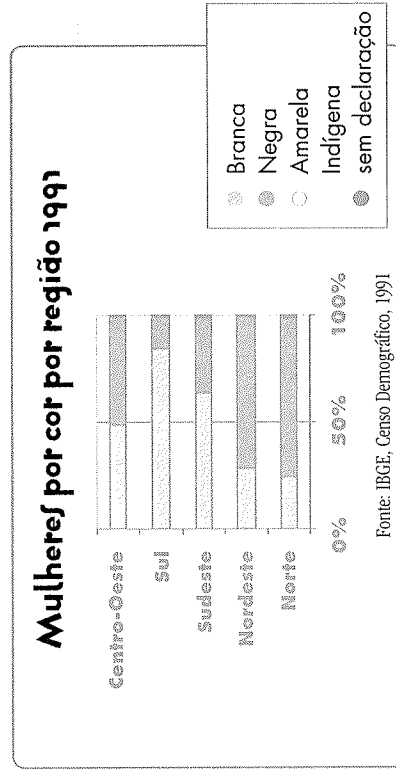
indígenas e amarelas representam menos de 1% da população feminina contada no Brasil.



É cada vez mais ampla a compreensão de que a vida de indivíduos e grupos é atravessada por diferentes fatores que vão determinar seu grau de vulnerabilidade ou fortalecimento frente à dinâmica social. A este fenômeno, feministas negras têm denominado de interseccionalidade<sup>15</sup>.

Este conceito ganha importância como instrumento de análise, bem como guia para elaboração de propostas que rompam com a linearidade e assumam a complexidade própria dos ciclos vivências em que mulheres e homens estamos envolvidos, atravessados por história, ideologias, singularidades culturais e individuais, entre outras.

Assim, o gráfico a seguir, calculado a partir de amostragem do Censo Demográfico de 1991, vai demonstrar a presença das mulheres pelas regiões do país:



<sup>15</sup>Ver Crenshaw, Kimberle, Position Paper and Training Workshop on the Intersectionality of Race and Gender Discriminations, 2000

As imagens traduzem uma forte presença de mulheres negras, em termos proporcionais, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, que são maioria entre as mulheres destas regiões. Cabe lembrar que, em números absolutos, são as regiões nordeste e sudeste que detêm a maioria das mulheres negras, correspondendo a 15.533.179 e 11.165.462 respectivamente, como na tabela abaixo:

### Mulheres por raça e regiões, 1991

Regiões	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Sem declaração
<b>Norte</b>	1.193.846	3.647.933	6.938	59.153	25.675
<b>Nordeste</b>	6.079.032	15.533.179	13.942	27.807	58.623
<b>Sudeste</b>	20.260.891	11.165.462	235.063	16.095	170.044
<b>Sul</b>	9.371.064	1.705.734	42.664	15.196	14.943
<b>Centro-Oeste</b>	2.273.943	2.371.809	14.915	25.772	7.905

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991

### 5- Crianças, jovens e idosos

Diferentes grupos etários têm características comuns próprias do desenvolvimento humano. No entanto, sociedades amparadas em desigualdades podem oferecer graus de vulnerabilidade diferentes segundo as idades de indivíduos e grupos.

É fenômeno recente na história da humanidade a individualização da infância como grupo social específico e, portanto, portador de direitos diferenciados. Um exemplo é a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil somente em fins do século XX.

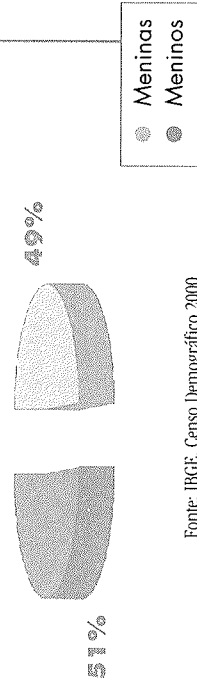
Mais recente ainda é a compreensão e visibilização das vulnerabilidades específicas a que a pessoa idosa está exposta. Porque iniciante, este fenômeno vive ainda um processo de elaboração do conjunto de direitos específicos necessários à terceira idade.

O objetivo desta sessão é quantificar estes grupos.

## 6- Crianças e jovens

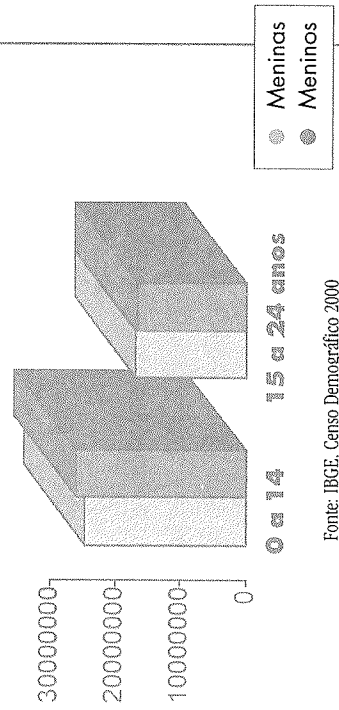
No que se refere aos números brasileiros, o Brasil apresentou no ano 2000, segundo dados preliminares do Censo Demográfico, uma população de 42.660.345 pessoas com idades entre 0 e 24 anos. A maioria neste grupo é constituída de meninos e jovens do sexo masculino, equivalendo a 51%.

### População de 0 a 24 anos por sexo Censo Demográfico 2000



O que se pode ver pelo gráfico abaixo é uma maior distribuição no grupo etário de 0 e 14 anos, equivalendo, para meninas a 24.585.331 pessoas, enquanto que meninos correspondem a 25.894.210.

### Jovens de 0 a 24 anos Censo Demográfico 2000

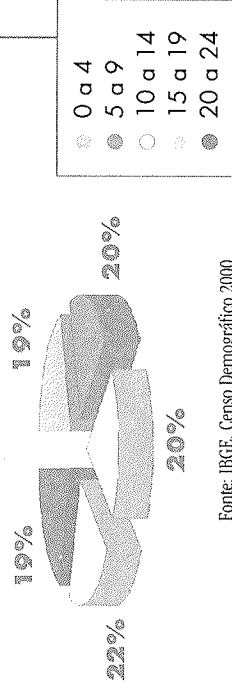


A evolução do crescimento da população jovem demonstra uma inversão de padrão de distribuição dos sexos. No grupo de 0 a 14 anos os meninos são a

maioria e a partir dos 15 uma mudança é observada, com decréscimo da população masculina. Diferentes fatores que influenciam as taxas de mortalidade na infância e adolescência - onde se destacam causas externas como acidentes e violência - deverão ser considerados para explicar esta inversão.

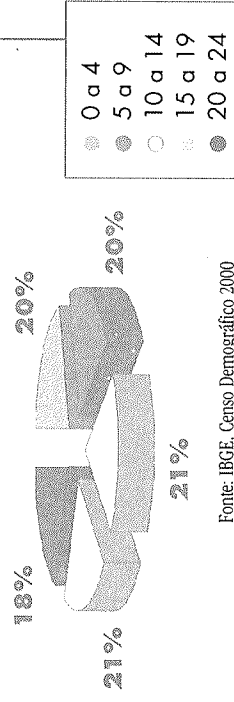
A seguir, veremos a distribuição por grupo de idade de meninas e meninos, informação importante na tomada de medidas específicas que atendam as necessidades de cada grupo.

### Jovens sexo feminino de 0 a 24 anos Censo Demográfico 2000



Entre as meninas, 59% tem 14 anos ou menos, compreendendo um contingente de 24.585.331 pessoas portadoras de direitos especiais segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos esses que se estendem até os 21 anos.

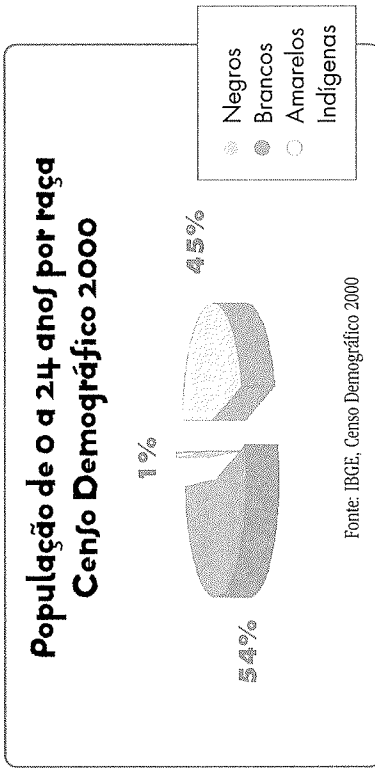
### Jovens sexo masculino de 0 a 24 anos Censo Demográfico 2000



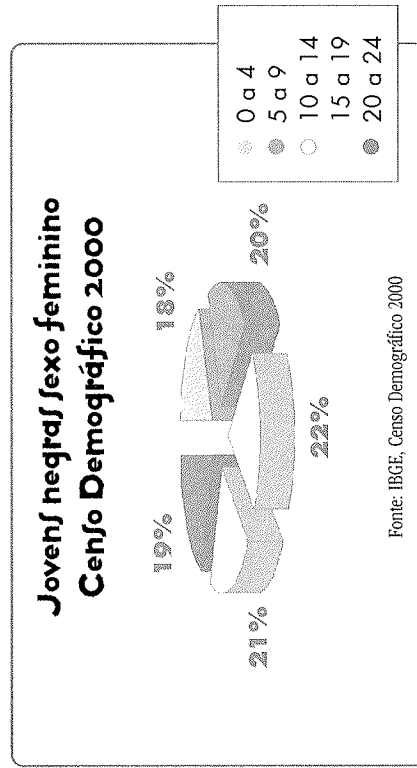
A população masculina com idade abaixo de 14 anos corresponde a 25.894.210, equivalendo a 61% da população masculina jovem.

Os dados raciais para este grupo são vistos no próximo gráfico e informam uma

maioria de brancos, num contingente onde amarelos e indígenas perfazem juntos cerca de 1% do total.

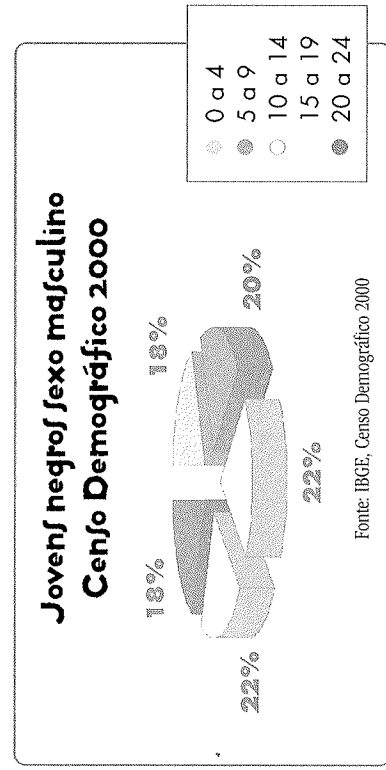


Voltemo-nos para a análise da juventude negra, ou seja, para 45% dos jovens analisados na amostra preliminar do Censo 2000. Desdobramentos segundo o sexo e por grupo de idade desenham os gráficos seguintes e indicam que 19.370.599 são do sexo feminino. A distribuição por grupo de idade é vista no gráfico a seguir:

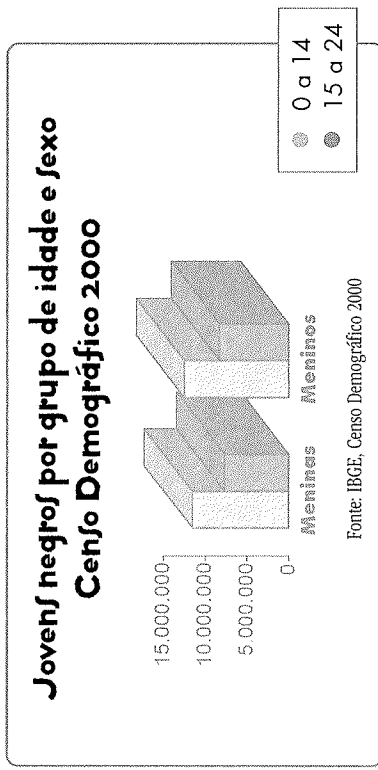


É importante assinalar que, entre as jovens negras, 11.619.797 têm menos de 14 anos, aproximando-se de 60%.

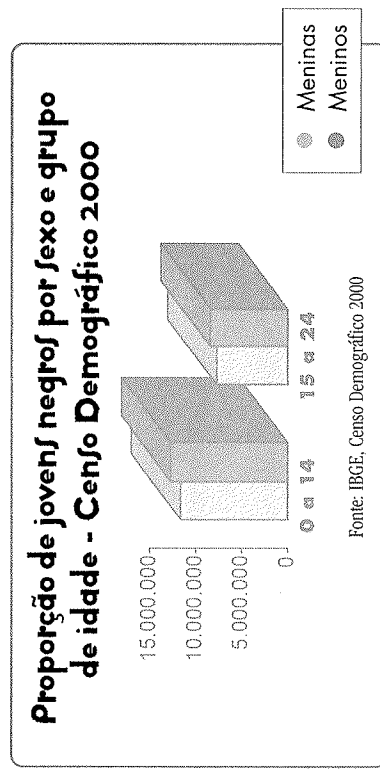
Entre jovens negros do sexo masculino, 60% têm menos de 14 anos, num universo de 20.914.956. O gráfico a seguir, explicita esta proporção:



Buscando comparar os dois segmentos, teremos o gráfico abaixo:



Os dados indicam que, entre a juventude negra considerada na amostragem preliminar do Censo Demográfico 2000, meninos e meninas de 0 a 14 anos constituem a maioria. Interessante observar a evolução desta proporção, a partir do gráfico a seguir:



É importante assinalar aqui a queda da proporção entre meninas e meninos a partir dos 15 anos de idade, o que só é possível devido a maior taxa de mortalidade entre meninos.

A interseccionalidade de racismo, sexismo, pobreza, entre outros, vai adquirir uma importância para todo o grupo negro no Brasil. No entanto, as desigualdades vão se agudizar nas faixas etárias mais jovens, tendendo a cristalizar-se a partir daí. Tal constatação vai demandar uma série de ações, tanto ao nível de políticas públicas quanto de espectro menor, no âmbito do trabalho das organizações da sociedade civil. Sem desconsiderar a necessidade de um trabalho intensivo também no território simbólico, de modo a se impedir que violências profundas atinjam a identidade e auto-estima da juventude negra em formação.

Por outro lado, é necessário aprofundar estudos e ações que permitam quebrar a tendência de maior taxa de mortalidade entre meninos negros, seja por violência, acidentes ou doenças associadas a vulnerabilidades produzidas pela interseccionalidade de racismo, sexismo e pobreza.

A mesma especificidade deverá ser considerada no que se refere à população idosa.

## 7- Idosos

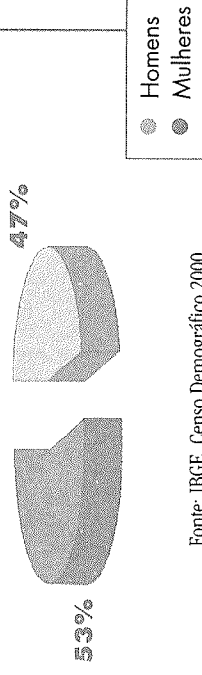
Dados da PNAD divulgada no ano de 2001 informam que a população com idade superior a 65 anos equivale a 10.539.838 habitantes, correspondendo a aproximadamente 6,21% da população total. Entre estes, 5.991.064 são mulheres e 4.548.774 são homens.

O Censo Demográfico 2000, em seus resultados preliminares da amostra, disponibiliza informações acerca de pessoas por grupo de idade, iniciando a contagem em 60 anos<sup>16</sup>. Neste grupo, os idosos negros representam 5.540.410, sendo 2.963.410 mulheres e 2.576.994 homens. O próximo gráfico ilustra a proporção de uma maioria de mulheres negras neste grupo etário em relação aos homens.

Também para os idosos, as diferenças das taxas de mortalidade adquirem maior relevância em relação ao tamanho desta população.

<sup>16</sup>Esta idade marca, segundo a Lei do Idoso, a faixa etária inicial do grupo.

## População negra maior de 60 anos por sexo Censo Demográfico 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

É importante considerar que o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. No Brasil, este processo segue um padrão próprio, com uma transição demográfica vivida conforme colocado na tabela a seguir, elaborada pelo IBGE:

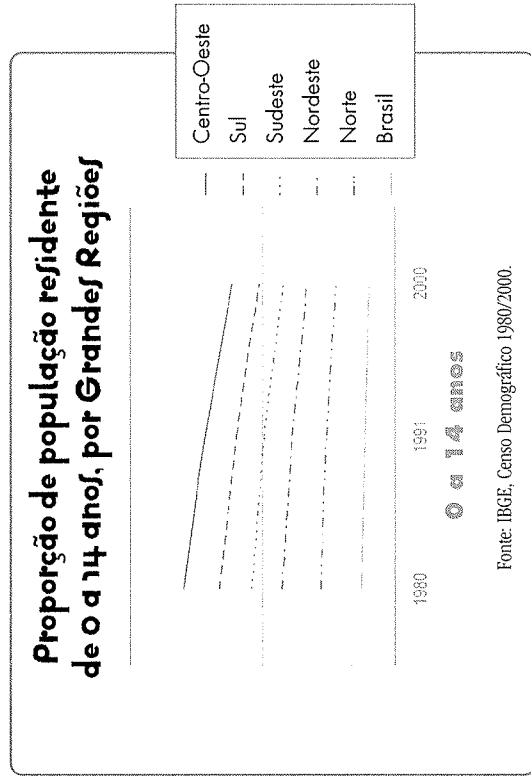
## Proporção da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980/2000

Grandes Regiões	Proporção da população residente, por grupos de idade (%)					
	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Brasil	38,24	34,73	29,6	57,74	60,45	64,55
Norte	46,16	42,54	37,22	51,02	54,45	59,14
Nordeste	43,46	39,4	32,97	52,18	55,54	61,18
Sudeste	34,15	31,22	26,69	61,66	63,64	66,94
Sul	36,28	31,93	27,53	59,89	63,1	66,25
Centro-Oeste	40,47	35,28	29,92	56,96	61,45	65,8
				1980	1991	2000
				4,01	4,83	5,85
				2,81	3,01	3,64
				4,35	5,06	5,85
				4,19	5,14	6,37
				3,84	4,97	6,22
				2,57	3,27	4,27

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

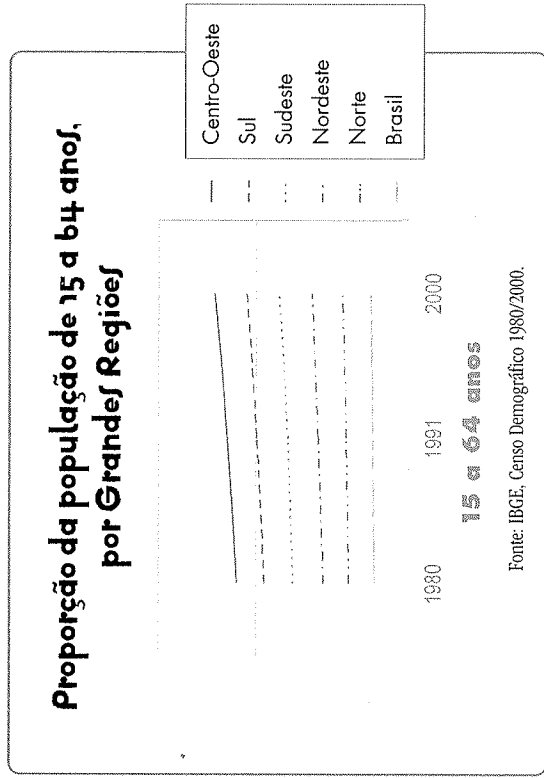
São marcas do envelhecimento populacional principalmente dois fatores: o decréscimo da população infantil e o crescimento do número de pessoas com idades acima de 60 anos. A partir da tabela acima, é possível visualizar o decréscimo da população com idade de 0 a 14 anos. Isto acontece porque,

apesar da redução das taxas de mortalidade infantil em nosso país, o decréscimo das taxas de fecundidade produziu o quadro a seguir:

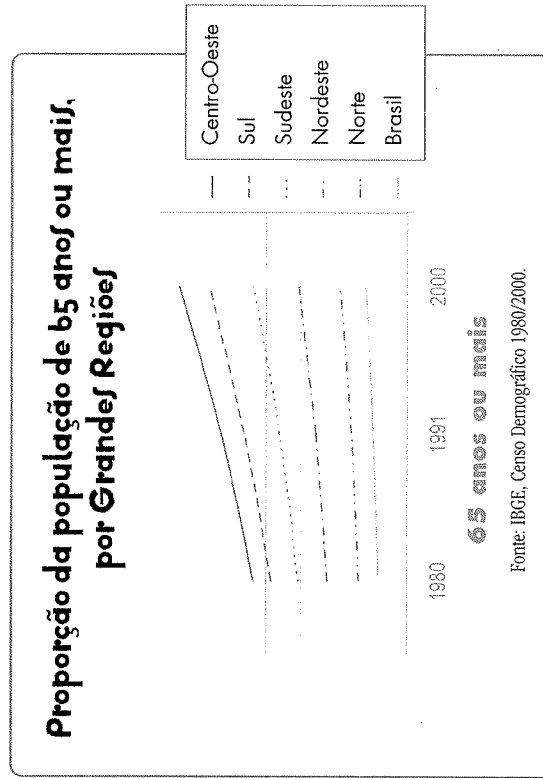


É importante assinalar a queda mais acelerada da população infantil nas regiões centro-oeste, sul e sudeste. Nordeste e norte, no entanto, apesar de intensidade diferente, também vivem uma queda da população neste grupo de idade. Esta, profundamente vinculada ao decréscimo da fecundidade, tem origem tanto nas modificações dos padrões sociais de fecundidade pós-revolução sexual e seus efeitos, como principalmente no uso massivo de métodos contraceptivos pelas mulheres. Tal fenômeno, longe de representar conquistas, tem sido denunciado pelas mulheres negras como uma face perversa do racismo e do sexismo. Ou seja, um controle da natalidade que tem como principal característica a subordinação dos interesses e desejos das mulheres aos interesses das organizações controlistas, das corporações farmacêuticas, de equipamentos médico-hospitalares ou de profissionais. E aos interesses dos homens. E, por diferentes meios, tem obtido a redução dos grupos populacionais vulneráveis através do controle da natalidade de “indesejáveis”: os filhos de mulheres negras e indígenas. O recurso à cirurgias de esterilização são a face mais evidente desta política que atinge as mulheres negras, nas camadas de maior vulnerabilidade sócio-econômica da população.

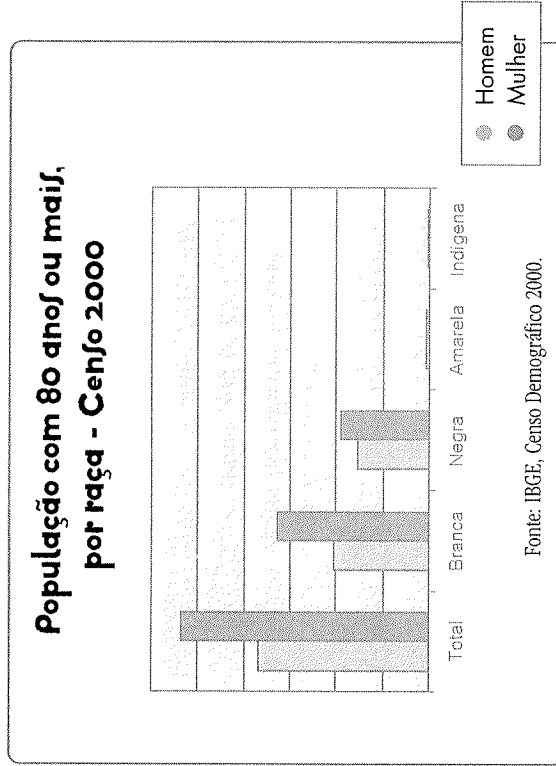
Um estudo da evolução do crescimento populacional segundo regiões para o grupo de população de 15 a 64 anos apresenta o seguinte desenho:



É visível o crescimento do contingente populacional do Brasil neste grupo de idade em todas as regiões. Fato que se repete no grupo de idosos, conforme gráfico abaixo. Nodem que o envelhecimento populacional adquire maior velocidade nas regiões centro-oeste, sul e sudeste:



**A**utores chamam atenção também para o fato de, no grupo de idosos, a população com 80 anos ou mais tem crescido. O Censo Demográfico 2000 contou vivendo no país, 1.804.444 de pessoas nesta faixa de idade, sendo a maioria constituída de idosos brancos, principalmente mulheres. Neste grupo, chama atenção também o menor número de mulheres negras proporcionalmente aos homens brancos.



**P**ara maior compreensão deste fenômeno, a análise do Índice de Desenvolvimento Humano, proposta a seguir, será de grande utilidade.

## Índice de Desenvolvimento Humano

**T**rata-se de um indicador elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ PNUD, a partir de 1990. Este índice utiliza como base três indicadores que equivalem à condição de saúde e sobrevivência (indicador de longevidade); acesso ao conhecimento (indicador educacional) e acesso a recursos monetários (indicador de rendimento) de indivíduos. Nas palavras do próprio PNUD referindo-se ao Relatório, a análise do IDH permite analisar a política e o desenvolvimento humano. Ou seja, “a maneira como o

poder e as instituições políticas – formais e informais, nacionais e internacionais – moldam o progresso humano.”<sup>17</sup>

**O**s resultados para 2000 colocam o Brasil no grupo de países de desenvolvimento humano médio, formado por 84 países com indicadores entre 0,500 e 0,799, na 73ª posição do ranking geral que tem a Noruega como nº 1. O valor do IDH para o Brasil é de 0,757.

**O** grupo de países de desenvolvimento humano médio é liderado por México e Cuba, que ocupam o 54º (IDH 0,796) e 55º (IDH 0,795) lugares no cenário geral.

**O**s Estados Unidos, referência para muitos setores da vida política, econômica e cultural brasileira, ocupa a 6ª posição com o IDH 0,939 e está entre os países de mais alto desenvolvimento humano.

**E**m nossa vizinhança latino-americana, somente a Argentina<sup>18</sup>, o Chile e o Uruguai estão entre os países com alto nível de desenvolvimento humano, ocupando a 34ª, 38ª e a 40ª posições, com IDH 0,844, 0,831 e 0,831 respectivamente.

**C**olômbia (68º, IDH 0,722), Venezuela (69º, IDH 0,770), Peru (82º, IDH 0,747), Paraguai (90º, IDH 0,740), Equador (93º, IDH 0,732), Bolívia (114º, IDH 0,653) nos acompanham entre os países de desenvolvimento humano médio.

**A** tabela a seguir nos ajuda a visualizar a evolução do IDH no Brasil nas últimas décadas. No período assinalado o Brasil oscilou posições, com melhora crescente, no grupo de países de médio desenvolvimento humano.

Ano	IDH
1975	0,644
1980	0,679
1985	0,692
1990	0,713
1995	0,737
2000	0,757

Fonte: Relatório Desenvolvimento Humano PNUD, 2000

<sup>17</sup> PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, p. 1

<sup>18</sup> Este trabalho ainda não incorpora os efeitos da grave crise econômica e política vivida pelo país.

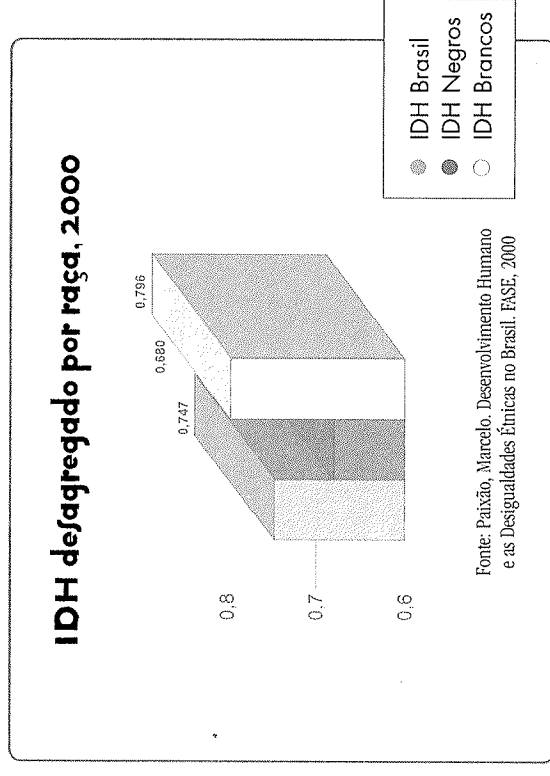


Como um desdobramento do cálculo do IDH entre os países existe o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado a Gênero/ IDG. Ele permite visualizar em separado o grau de desenvolvimento alcançado pelas mulheres, considerando as diversas ações e políticas de enfrentamento das desigualdades estabelecidas pelo sexismo em vigor em todos os países do mundo. Assim, o PNUD, calcula para o Brasil do ano 2000 um IDG de 0,751, o que coloca o país na 64ª posição do ranking, no grupo de desenvolvimento médio. Aqui a Austrália está em 1º lugar, com o mais alto IDG (0,956) e tem como companhia, no grupo de nações com alto IDG países como Kuwait, Emirados Árabes, Argentina, entre outros.

Uma outra modalidade de análise é o IDH e o IDG segundo raça.

### 1 - IDH para afro-brasileiros

Uma iniciativa importante e inovadora surgiu nos estudos voltados para o desenvolvimento humano e para as relações raciais no Brasil foi o projeto coordenado pelo economista Marcelo Paixão, na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/ FASE. O projeto *Brasil 2000 – Novos marcos para as relações raciais*, com a participação de Wânia Sant’Anna, produziu novos cálculos para o IDH e IDG brasileiros, considerando diferenças entre as populações negra e branca. No primeiro estudo, publicado em 1997, os autores apontavam a importância do IDH desagregado por raça para a mensuração das desigualdades raciais no país, bem como uma ferramenta importante na demonstração de resultados do alcance das políticas públicas distributivas para contingentes diferenciados da população. No ano 2000, um novo trabalho de Marcelo Paixão publicado na Revista Proposta trouxe os seguintes dados, baseados nos indicadores calculados para o ano de 1998. Segundo estes, o Brasil ocupava a 74ª posição no ranking de 174 países. Desagregando os indicadores segundo a raça, Marcelo Paixão encontrou IDH para negros e brancos segundo gráfico a seguir:



O que se nota imediatamente é o diferencial entre o IDH de brancos e negros, separados por 60 postos de diferença, segundo o autor. Sendo que os brancos colocam-se 26 postos acima da posição do Brasil no IDH mundial e 55 postos acima da posição da África do Sul na mesma tabela. Já os negros brasileiros estão 34 postos abaixo do Brasil geral e 5 postos abaixo da África do Sul.

As análises do IDH desagregado por raça, segundo as unidades da federação, apontam os dados da tabela abaixo. É importante assinalar que os estados da região norte estão condensados, por razões técnicas de coleta, segundo o autor: “Devido à baixa densidade demográfica das áreas rurais desta região, a PNAD coleta os dados – com exceção de Tocantins – somente nas áreas urbanas. Por isso, preferimos seguir o padrão das publicações do IBGE e divulgar os dados referentes a estes estados já aglutinados dentro da sua região geográfica”<sup>19</sup>.

Analiseemos a tabela:

<sup>19</sup>Paixão, Marcelo, Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil. FASE, 2000, pp. 49-50

## IDH segundo raça

UF	Negros	Branços
Distrito Federal	0,784	0,872
São Paulo	0,743	0,824
Rio de Janeiro	0,737	0,833
Mato Grosso	0,734	0,811
Norte	0,727	0,782
Rio Grande do Sul	0,726	0,808
Santa Catarina	0,722	0,805
Mato Grosso do Sul	0,719	0,793
Goiás	0,718	0,792
Espírito Santo	0,716	0,789
Paraná	0,711	0,797
Minas Gerais	0,700	0,796
Sergipe	0,639	0,744
Bahia	0,629	0,719
Pernambuco	0,619	0,713
Paraná	0,618	0,708
Rio Grande do Norte	0,615	0,716
Ceará	0,611	0,708
Maranhão	0,593	0,697
Piauí	0,590	0,713
Alagoas	0,584	0,688

Uma das primeiras questões a serem assinaladas, segundo Marcelo Paixão, é que a diferença de IDH entre negros e brancos “não pode ser creditada fundamentalmente a fatores regionais, posto que estas desigualdades perduram, sendo, inclusive, mais elevadas nas unidades da federação mais desenvolvidas.”<sup>20</sup> Com esta afirmativa, o autor põe por terra o lugar comum

<sup>20</sup>Idem, p. 51

da leitura das desigualdades restrita a fatores regionais e fortemente vinculada às desigualdades econômicas. De fato, o diferencial entre o IDH de brancos e negros é mais acentuado na região sul (48 postos a favor dos brancos) e sudeste (46 postos a favor dos brancos).

Cabe assinalar também que, em todos os estados, a população afrodescendente mantém-se em patamares inferiores ao dos brancos para o IDH.

## 2- IDG para afro-brasileiros

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado a Gênero é uma peça importante na aferição da extensão e profundidade das desigualdades produzidas pelo sexismo. Este indicador foi criado no ano de 1995, ano da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada pelas Nações Unidas em Beijim, China.

Para avaliar a abrangência do racismo na vida das mulheres, segundo o princípio da interseccionalidade, os cálculos produzidos por Wânia Sant’Anna a partir do Projeto Brasil 2000 já citado, buscam elucidar os diferenciais de incidência das desigualdades de gênero e raça em relação às mulheres negras. A tabela seguinte, elaborada pela autora, permite-nos conhecer a evolução do IDG no Brasil e sua comparação com o IDH:

Ano	Posição do Brasil no IDG	Posição do Brasil no IDH*	Diferença das posições (IDH menos IDG)**
1996***	49	52	3
1997	60	58	- 2
1999	67	64	3
2000	66	63	- 3

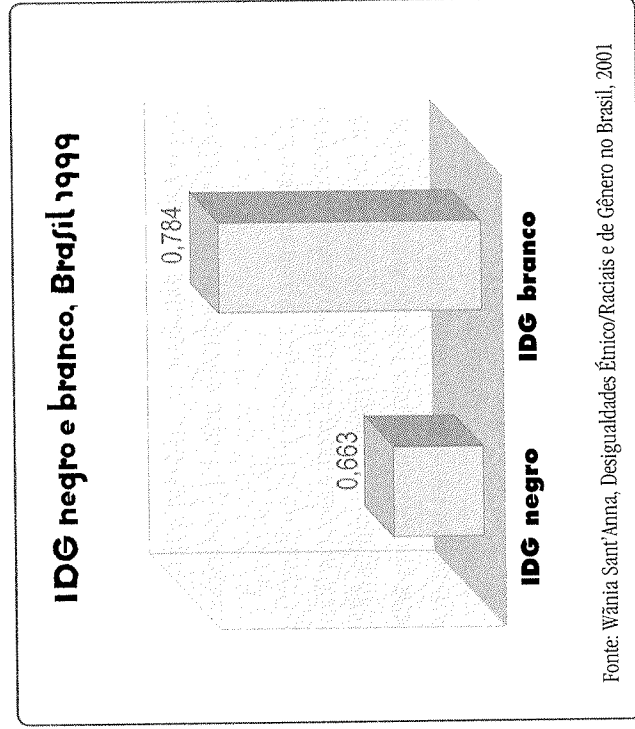
Fonte: Wânia Sant’Anna. Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil, 2001

\* Posição do IDH recalculada em todos os anos, em relação aos países que tiveram o IDG calculado

\*\* O valor positivo indica o país com melhor desempenho em igualdade de gênero do que no desenvolvimento geral. O valor negativo, o contrário

\*\*\* O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999 apresentou mudanças de metodologia e o PNUD divulgou nova série histórica recalculada. Aqui, não houve novo cálculo, mantendo-se as posições originais para 1996 e 1997.

Pelas informações disponibilizadas pela autora, é possível visualizar que nesta série o IDG foi inferior ao IDH em 2 ocasiões, o que denota políticas e ações insuficientes para o enfrentamento das desigualdades de gênero no país. Destoando os cálculos do IDG segundo raça, a autora verificou os equivalentes de IDG para a população branca e negra no Brasil, obtendo os resultados a seguir:

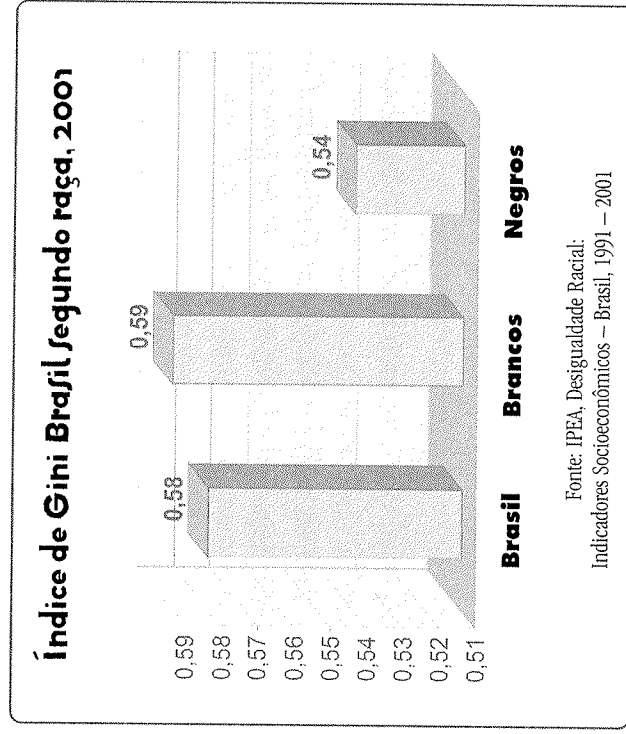


Na comparação de posições para o IDG, Wânia Sant'Anna nos informa que o Brasil negro ocupava em 1999 a 91ª posição, enquanto que o Brasil branco ocupava a 48ª posição segundo este Indicador de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Gênero. Se considerarmos que o Brasil geral ocupava a posição de número 67, veremos que o Brasil negro está 24 postos abaixo, enquanto que o Brasil branco se coloca 19 pontos acima. Isto com um diferencial de 48 postos entre brancos e negros quanto ao IDG.

## Índice de Gini

Este índice permite visibilizar a desigualdade de distribuição de renda numa determinada população. Assim, na ausência de desigualdade, este índice é igual a zero.

Trabalho desenvolvido pelo IPEA e já citado anteriormente, com dados de 2001 apontaram um país desigual com um índice de Gini de 0,59. Os mesmos autores assinalam que “os brancos são mais desiguais do que os negros”<sup>21</sup>, apresentando um índice de 0,59, enquanto o da população negra equivalia a 0,54. Segundo os autores, ao longo da década de 1991 – 2001 este indicador permaneceu estável, o que afirma a estabilidade da desigualdade brasileira no período. Estes dados podem ser verificados no gráfico abaixo:



<sup>21</sup>IPEA Desigualdade Racial: Indicadores Socioeconômicos – Brasil, 1991 – 2001, item 3.8 da sessão Comentários.

## Conclusão

Neste primeiro volume da coletânea de indicadores da desigualdade racial, colocamos à sua disposição um conjunto de informações para que seja possível conhecer a dimensão da população afrodescendente no Brasil. Aqui, foi possível verificar que a presença da população negra na população brasileira é significativa o bastante para requerer algum nível de atenção específica. Isto mesmo se não tivéssemos o dever ético de enfrentar o conjunto de violências que o racismo e a discriminação racial trazem. Pois seus antecedentes históricos e culturais estão, de algum modo, participando do cotidiano da identidade brasileira.

Nós população negra temos oscilado, em números absolutos e proporcionais, nossa participação no contingente total de brasileiro, ao sabor dos interesses econômicos e eugênicos dominantes. Desnecessário dizer que tais interesses têm a população branca como sua origem e perpetradores — e seus resultados são o tema do volume a seguir.

Aqui foi possível verificar também alguns efeitos das ações de contraposição de afrodescendentes, para enfrentamento do embranquecimento da população brasileira que tem significado aniquilamento físico e simbólico de negros. Pudemos verificar a reversão numérica (principalmente no que se refere à subnotificação) da população negra, que volta a crescer já em fins do século XX.

Ao contrário do esperado como resultado de políticas públicas insuficientes para a melhoria da qualidade de vida de negros no Brasil e da insuficiência ou inexistência de outras ações efetivas para o enfrentamento do racismo, nós população negra temos sido, em certa medida, bens sucedidos em nossas próprias *ações afirmativas*.

Nós população negra, mulheres e homens, temos provocado pouco ou nenhum interesse da sociedade, no que se refere à vínculos de solidariedade,

à construção de vizinhanças e pontes culturais para isto que se quer cultura nacional, à elaboração e condução de um projeto comum para a nação. A isto, Hélio Santos, a quem citamos na abertura desta publicação, já afirmou, chamamos de *invisibilidade*.

Conhecer a dimensão da população negra não foi aqui uma forma de lhe dar a conhecer a dimensão de um *problema*. Ao contrário, trata-se de possibilitar ao Brasil olhar para dentro, para si como num espelho e ver toda a dimensão da sua face, seus detalhes, suas expressões. Ver a si mesmo como quem descobre, no amplo sentido da palavra, o que por mecanismos conscientes e inconscientes tem sido ocultado. Descubra-se — este também pode ser um caminho para a alegria.

Mas a tarefa ainda está incompleta. Há muito que perguntar e perguntar-se. Há que se questionar a extensão do véu, do muro a que denominamos racismo. Desmascarar sua presença, seus efeitos. A isto, nos dedicaremos na segunda parte da coletânea, onde traremos dados mais específicos, como educação, saúde, moradia e outros. Mas, é importante salientar, não esgotaremos os números. Muito mais há que coletar, que pesquisar, que responder. Mas este é um novo passo.

Há muito o Brasil reluta em encarar o racismo instalado em sua estrutura social. No entanto, podemos citar Franz Fanon, que diz:

***Uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não compreendermos essa evidência, ignoraremos muitos problemas***

A sociedade brasileira é racista. Já foi dito. Tem sido dito há séculos. Agora é hora de ir mais adiante.

## Fontes de Dados

### Governamentais

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \* [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)  
Sistema IBGE de Recuperação Automática \* [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \* [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)  
Datatus \* [www.datatus.gov.br](http://www.datatus.gov.br)  
Indicadores de Dados Básicos \* Brasil 2000 (IDB- Brasil)  
<http://tabnet.datatus.gov.br/cgi/idb2000>  
Secretaria Nacional de Segurança Pública \* [www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)  
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher \* [www.mj.gov.br/sedh/cndm/genero](http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/genero)

### Sociedade Civil

Geledés - Instituto da Mulher Negra \* [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)  
Mulheres negras - do umbigo para o mundo \* [www.mulheresnegras.org](http://www.mulheresnegras.org)  
Criola \* [www.criola.org.org](http://www.criola.org.org)  
Articulação de ONGs de Mulheres Negras \* [www.mulheresnegras.org.br](http://www.mulheresnegras.org.br)  
Previ \* [www.previ.com.br/quemsomos/balanco2000](http://www.previ.com.br/quemsomos/balanco2000)  
Rede Feminista de Sexualidade e Saúde \* [www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br)  
Rede de Direitos Humanos e Cultura \* [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)  
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos \* [www.social.org.br](http://www.social.org.br)  
CESeC/UCAM \* [www.cesec.ucam.edu.br](http://www.cesec.ucam.edu.br)  
ISER \* [www.iser.org.br](http://www.iser.org.br)  
Committee on Women, Population and the Environment \* [www.cwpe.org](http://www.cwpe.org)  
Fundação Banco do Brasil \* [www.cidadania-e-com.br/ms\\_is\\_indicadores.asp](http://www.cidadania-e-com.br/ms_is_indicadores.asp)

## Bibliografia

- Articulação de Organizações de Mulheres Negras. *Nós, Mulheres Negras. Diagnóstico e Propostas*. Maio, 2001
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988
- CRENSHAW, Kimberle. *Position Paper and Training Workshop on the Intersectionality of Race and Gender Discriminations*. New York, Columbia University Law School, 2000
- GIACOMINI, Sônia. *Mulher Escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90* (texto para discussão nº 807). Rio de Janeiro, IPEA, 2001.
- IBGE, *Censo Demográfico 1980/2000*
- IPEA. *Desigualdade Racial: Indicadores Socioeconômicos - Brasil, 1991 - 2001*. Brasília, 2003
- KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 -1850)*. São Paulo, Companhia das letras, 2000.
- Martins, Roberto Borges. *Raça: uma dimensão crucial da desigualdade no Brasil*. Apresentação em PowerPoint, 2001.
- PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século*. In *Revista Proposta, Ano 29*, setembro/novembro de 2000, nº 86.
- PNUD, Relatório Desenvolvimento Humano 2002, Brasília, [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br)
- SANT'ANNA, Wânia. *Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil: as revelações possíveis do IDH e do IDG*. In *Journal da Rede Feminista de Saúde nº 23*, Março de 2001
- SANTOS, Hélio. *A Busca de um Caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso*. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2001

